

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO

Nova Friburgo, 23 de novembro de 2021.

Oficio Gabinete nº 370/2021

Ref.: Anteprojeto de Lei Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Remetemos a Vossas Excelências o presente projeto de Lei, cuja ementa e justificativas apresentamos a seguir:

Trata-se de processo administrativo inaugurado pela Secretaria de Gabinete do Prefeito com vistas a realizar os estudos preliminares e eventuais adequações necessárias de modo a viabilizar a análise quanto a sua implementação e auxílio-alimentação aos servidores que percebem até 02 (dois) salários-mínimos.

Tal medida proporcionará auxílio-alimentação para os servidores que possuem menor poder aquisitivo, a fim de auxiliar na alimentação diária de cada servidor.

Importante destacar que o referido auxílio é uma medida que garantirá melhores condições de vida aos servidores que tanto merecem.

Por fim, os valores ideais ainda não estão de acordo com a vontade do atual Governo, mas nota-se um grande avanço e concretiza-se o sonho de milhares de servidores que tanto sonharam com esta conquista.

A dignidade de cada servidor é preocupação constante do Governo, o qual não medirá esforços para sempre melhorar a qualidade de vida de cada servidor.

Palácio Barão de Nova Friburgo, 23 de novembro de 2021.

JHONNY MAYCON PREFEITO



ANTEPROJETO DE LEI

INSTITUI E REGULAMENTA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DE NOVA FRIBURGO.

- O <u>PREFEITO DE NOVA FRIBURGO</u>, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e este sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:
- Art. 1º Institui e concede o auxílio-alimentação a todos os servidores públicos do Poder Executivo do Município, independentemente do regime jurídico e carga horária, desde que efetivamente em pleno exercício das atividades inerentes ao cargo e ou função.
- I O auxílio-alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe pago diretamente.
- II O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia e terá natureza indenizatória.
- III O valor do auxílio-alimentação será de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por mês.
- IV Só terá direito a percepção do auxílio-alimentação o servidor que percebe a remuneração de até 02 (dois) salários-mínimos vigentes a cada exercício.
- V Inclui-se na remuneração, adicionais e gratificações de qualquer natureza, excetuando-se as horas extraordinárias trabalhadas.
- VI O servidor que acumula cargos e ou função na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.



Parágrafo único – Para os fins desta lei, consideram-se servidores públicos: os ocupantes de cargo de provimento efetivo, os ocupantes de cargos em comissão, os funcionários ou empregados públicos regidos pela CLT.

Art. 2º – O auxílio-alimentação não será:

I – incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II – caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial in natura; e

III – acumulável com outros beneficios de espécies semelhantes, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou beneficio alimentação.

Art. 3º – O auxílio-alimentação será suspenso, temporariamente:

I – enquanto o servidor ocupar cargo em comissão ou função gratificada que ultrapasse
 02 (dois) salários-mínimos vigentes a cada exercício.

II – por motivo de afastamento, de qualquer natureza, do exercício das atividades inerentes ao cargo e ou função.

III – no mês que o servidor encontrar-se em gozo de férias.

Parágrafo único – O servidor fará jus ao recebimento do auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, na hipótese dos incisos anteriores.

Art. 3º – O auxílio-alimentação será custeado com recursos dos órgãos ou das entidades a que pertença o servidor, os quais deverão incluir na proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção do auxílio-alimentação.

Art. 4° – Esta Lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022.



Nova Friburgo, 23 de novembro de 2021.

JOHNNY MAYCON PREFEITO

SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CARGO	OHANTITATIVO	REMUNERAÇÃO		SUBTOTAL		ENCARGOS	TOTAL MENSAL		
CARGO	QUANTITATIVO	VALO	R PRATICADO	3	BUBTUTAL	PATRONAIS	101	OTAL MENSAL	
PMNF	957	R\$	180,00	R\$	172.260,00	R\$ -	R\$	172.260,00	
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO	1710	R\$	180,00	R\$	307.800,00	R\$ -	R\$	307.800,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1396	R\$	180,00	R\$	251.280,00	R\$ -	R\$	251.280,00	
TOTAL	4063						R\$	731.340,00	

IMPACTO PARA 2022		VALOR MUNERAÇÃO	ENCARGOS		TOTAL GERAL	
1) IMPACTO PARA O ANO DE 2022 (JANEIRO A DEZEMBRO)	R\$	8.776.080,00	R\$	-	R\$	8.776.080,00
2) IMPACTO SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3) IMPACTO SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	R\$	-	R\$	-	R\$	-
IMPACTO TOTAL PARA 2022	R\$	8.776.080,00	R\$		R\$	8.776.080,00

IMPACTO PARA 2023		VALOR EMUNERAÇÃO	ENCARGOS		TOTAL GERAL	
1) IMPACTO PARA O ANO DE 2023	R\$	8.776.080,00	R\$	-	R\$	8.776.080,00
2) IMPACTO SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3) IMPACTO SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	R\$	-	R\$	-	R\$	-
IMPACTO TOTAL PARA 2023	R\$	8.776.080,00	R\$	-	R\$	8.776.080,00

IMPACTO PARA 2024		VALOR EMUNERAÇÃO	ENCARGOS		TOTAL GERAL	
1) IMPACTO PARA O ANO DE 2024	R\$	8.776.080,00	R\$	-	R\$	8.776.080,00
2) IMPACTO SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3) IMPACTO SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	R\$	-	R\$	-	R\$	-
IMPACTO TOTAL PARA 2024	R\$	8.776.080,00	R\$	-	R\$	8.776.080,00

Erica Pinheiro Terra

Gerente NS I de Pessoal Matrícula nº 199206